

IRÃO

REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃO

Chefe de Estado:	Líder da República Islâmica do Irão: Ayatollah Sayed Ali Khamenei
Chefe de governo: Presidente:	Mahmoud Ahmadinejad
Penal de morte:	retencionista
População:	74,8 milhões
Expectativa de vida:	73 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	30,9 por mil
Taxa de alfabetização:	85 por cento

As liberdades de expressão, de associação e de reunião foram severamente restringidas. Dissidentes políticos, ativistas que defendem os direitos das mulheres e das minorias, bem como outros defensores dos direitos humanos, foram presos de modo arbitrário, detidos em regime de incomunicabilidade, presos após julgamentos injustos e proibidos de viajar para o exterior. A tortura e outros maus-tratos foram comuns e cometidos com impunidade. As mulheres, assim como as minorias étnicas e religiosas, enfrentaram discriminação na lei e na prática. Pelo menos 360 pessoas foram executadas; acredita-se que o número total seja bem mais alto. Entre as pessoas executadas, estavam pelo menos três delinquentes juvenis. Também foram realizadas flagelações e amputações judiciais.

Antecedentes

As forças de segurança, incluindo a milícia paramilitar Basij, continuaram a operar com quase total impunidade, não havendo, praticamente, qualquer responsabilização pelos homicídios e outras sérias violações cometidas durante as extensas e de um modo geral manifestações pacíficas ocorridas após as eleições presidenciais de 2009 e em anos anteriores.

Em março, o Conselho de Direitos Humanos da ONU designou um relator especial para investigar os direitos humanos no Irão; o governo recusou autorização para que visitasse o país. Em outubro, o Comitê de Direitos Humanos da ONU avaliou a situação dos direitos civis e políticos no Irão. Em dezembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução condenando as violações de direitos humanos no país.

Tropas iranianas atacaram bases do PJAK (*Partido por uma Vida Livre no Curdistão*), um grupo armado que defende a autonomia da população curda do Irão, na região do Curdistão iraquiano, onde pelo menos dois civis foram mortos e centenas de famílias foram deslocadas. Segundo informações, o PJAK teria crianças soldados entre os seus combatentes.

As tensões internacionais em torno do programa nuclear iraniano intensificaram-se em novembro, quando a Agência Internacional de Energia Atômica informou que o Irão poderia estar a construir secretamente uma arma nuclear. O governo negou que isso fosse verdade. O governo iraniano acusou Israel e os EUA de estarem por trás dos

assassinatos de vários cientistas iranianos, possivelmente relacionados com o programa nuclear do país; entre eles, o físico Dariush Rezaeinejad, assassinado em julho por um atirador não identificado em Teerão. O governo negou as denúncias das autoridades norte-americanas que implicavam oficiais graduados da Guarda Revolucionária numa conspiração para assassinar o embaixador saudita nos Estados Unidos.

Liberdade de expressão, de associação e de reunião

As autoridades mantiveram as severas limitações às liberdades de expressão, de associação e de reunião, que foram impostas antes, durante e depois das grandes manifestações de 2009, e tentaram impor restrições ainda maiores. O Parlamento discutiu projetos de lei que limitariam ainda mais a liberdade de expressão, de associação e de reunião, incluindo as atividades das ONG e de partidos políticos.

■ Mohammad Seyfzadeh, preso em abril para cumprir pena de prisão, e Abdolfattah Soltani, preso em setembro, ambos advogados e membros fundadores do Centro dos Defensores dos Direitos Humanos, cujos escritórios foram fechados pelo governo em 2008, continuavam presos no final de 2011.

■ Em dezembro, Zhila Karamzadeh-Makvandi, membro do grupo Mães do Parque Laleh, que atua pelo fim dos homicídios e de outras graves violações dos direitos humanos, começou a cumprir uma pena de dois anos de prisão por "fundar uma organização ilegal" e por "agir contra a segurança do Estado". Leyla Seyfollahi, membro do mesmo grupo, aguardava a imposição de uma pena semelhante.

As autoridades recusaram autorização para a realização das manifestações programadas para o dia 14 de fevereiro em solidariedade com os levantamentos ocorridos na Tunísia e no Egito, além de terem efetuado prisões com a intenção de frustrar a sua realização. Mesmo assim, as manifestações aconteceram em Teerão, Isfahan, Kermanshah, Shiraz e noutros lugares. Os eventos foram dispersados com violência pelas forças de segurança, que prenderam dezenas de pessoas e mataram pelo menos duas. As manifestações posteriores também foram dispersadas à força.

■ A prisioneira de consciência e ativista política Haleh Sahabi morreu no dia 1 de junho, dia em que deixou a prisão a fim de participar do funeral de seu pai, Ezatollah Sahabi, um destacado dissidente. Segundo informações, ela foi agredida pelas forças de segurança antes de cair ao chão, desfalecida.

As manifestações que aconteceram nas províncias foram duramente reprimidas pelas forças de segurança, que teriam usado força excessiva e prendido dezenas, possivelmente centenas, de manifestantes. Na província do Khuzistão, dezenas de membros da minoria árabe ahwazi, segundo informações, foram mortos antes e durante as manifestações ocorridas em abril para comemorar os protestos de 2005. Muitos manifestantes ambientalistas, que exigiam uma ação do governo para impedir a degradação do lago Oroumieh, foram presos na província do Azerbaijão Oriental, nos meses de abril, agosto e setembro.

O governo manteve um rígido controlo sobre os meios de comunicação, proibindo a publicação de alguns jornais, bloqueando sites na internet e causando interferências em canais de televisão estrangeiros transmitidos via satélite. Numerosos jornalistas, ativistas políticos e os seus familiares, cineastas, defensores dos direitos humanos, estudantes e académicos foram perseguidos, proibidos de viajar para o exterior, presos de modo arbitrário, torturados ou encarcerados por manifestarem pontos de vista

opostos aos do governo. Alguns indivíduos presos em anos anteriores foram executados após julgamentos injustos.

■ Cinco realizadores de documentários e uma produtora/distribuidora foram detidos em setembro, depois de terem vendido os seus filmes à BBC. Todos foram libertados até meados de dezembro.

■ Os estudantes ativistas Majid Tavakkoli, Behareh Hedayat e Mahdieh Golrou, todos cumprindo penas de prisão pelas suas atividades estudantis e de direitos humanos pacíficas, foram condenados a penas de seis meses de prisão por terem escrito uma declaração sobre o Dia do Estudante em conjunto quando estavam na prisão em 2010.

■ A jornalista e ativista pelos direitos das mulheres Faranak Farid, segundo informações, foi brutalmente espancada após ter sido presa, no dia 3 setembro, na cidade de Tabriz, por motivos relacionados com os protestos em defesa do lago Oroumieh. Em outubro, foi libertada mediante o pagamento de fiança.

Prisões e detenções arbitrárias

Os agentes de segurança continuaram a prender e a deter arbitrariamente críticos e opositores do governo, mantendo-os, com frequência, em regime de incomunicabilidade e sem acesso a familiares, advogados ou cuidados médicos, por períodos prolongados. Muitos foram torturados ou maltratados. Após julgamentos injustos, dezenas foram sentenciados a penas de prisão, juntando-se a outras centenas de pessoas que tinham sido presas em anos anteriores, na sequência de julgamentos injustos.

■ Em fevereiro, após convocarem manifestações para o dia 14 daquele mês, Mehdi Karroubi e Mir Hossein Mousavi, juntamente com as suas mulheres, foram colocados sob prisão domiciliária, sem um mandado, e no fim do ano, todos permaneciam detidos, à exceção de Fatemeh Karroubi, mulher de Mehdi Karroubi.

■ Mohammad Tavassoli, preso em novembro, estava entre os, pelo menos, cinco membros do banido Movimento Liberdade detidos em 2011. A sua detenção relacionava-se a uma carta enviada por 143 ativistas ao ex-presidente Khatami, em outubro, alertando-o de que as próximas eleições parlamentares não seriam nem livres nem justas. Outros cinco membros foram proibidos de deixar o Irão.

■ Shane Bauer e Josh Fattal, dois cidadãos norte-americanos detidos durante mais de dois anos e acusados de espionagem depois de, supostamente, terem-se perdido em território iraniano quando viajavam à boleia, foram libertados em setembro, após pagarem uma multa de valor elevado, e obtiveram permissão para deixar o Irão.

Defensores dos direitos humanos

A repressão contra os defensores dos direitos humanos, incluindo contra advogados, foi intensificada. Muitos foram detidos de modo arbitrário e depois presos ou intimidados. Outros, que enfrentaram julgamentos injustos em anos anteriores, continuaram na prisão; entre eles, ativistas pelos direitos das mulheres e das minorias, sindicalistas, advogados e estudantes. Muitos eram prisioneiros de consciência. Os sindicatos independentes continuaram proibidos, e vários sindicalistas permaneceram presos.

■ Em setembro, a pena de 11 anos de prisão imposta, em abril, à advogada de direitos humanos Nasrin Sotoudeh, depois de ter sido condenada por "agir contra a segurança nacional", devido ao seu trabalho de assistência jurídica, foi reduzida para seis anos de prisão, depois de apresentar recurso. A proibição que lhe foi imposta, de exercer o direito e de sair do Irão durante 20 anos, foi reduzida para metade.

■ Reza Shahabi, tesoureiro do sindicato que representa os trabalhadores da empresa de autocarros de Teerão e dos seus subúrbios (*Sharekat-e Vahed*), continuou detido na Prisão de Evin, em Teerão, sem que o seu processo penal fosse concluído. Preso em junho de 2010, foi um prisioneiro de consciência, tal como o dirigente do sindicato, Mansour Ossanlu, que, em junho, foi colocado em liberdade condicional para tratamento médico.

■ O ativista de direitos humanos Kouhyar Goudarzi esteve desaparecido durante várias semanas, depois de ter sido preso, no mês de junho; até se descobrir que tinha sido levado para a prisão de Evin, onde estava preso em solitária e onde ainda se encontrava no final de 2011. Behnam Ganji Khaibari, que tinha sido preso juntamente com ele e, aparentemente, torturado também, cometeu suicídio após ter sido libertado.

■ Emadeddin Baghi, proeminente ativista de direitos humanos, foi libertado em junho depois de ter cumprido duas penas consecutivas de um ano de prisão cada, por fazer "propaganda contra o Estado" devido às suas atividades de direitos humanos e comunicação. Continuou proibido de exercer quaisquer atividades políticas ou de comunicação durante cinco anos.

Julgamentos injustos

Indivíduos suspeitos de praticarem infrações de natureza política continuaram a enfrentar julgamentos flagrantemente injustos, muitas vezes envolvendo acusações expressas de modo vago, as quais não correspondem a qualquer delito penal reconhecido na lei. Estas pessoas foram condenadas, por vezes sem a presença dos advogados de defesa, com base em "confissões" ou em outras informações, alegadamente obtidas sob tortura durante o período de prisão preventiva. Os tribunais aceitaram estas "confissões" como provas, sem investigarem o modo como foram obtidas.

■ Omid Kokabi foi preso no aeroporto de Teerão, em fevereiro, ao regressar de um período de estudos nos Estados Unidos. Acusado de "espionagem" e de outros delitos, foi levado a julgamento, em outubro, e contou ter sido obrigado a "confessar" enquanto esteve detido. O seu advogado informou ter sido proibido de o contactar.

■ Zahra Bahrami, de dupla nacionalidade holandesa-iraniana, foi executada no dia 29 de janeiro, sem aviso prévio, apenas 27 dias depois de ter sido condenada à morte por suposto contrabando de drogas. Foi presa na época das manifestações de dezembro de 2009 e acusada, primeiro, de *moharebeh* (animosidade contra Deus) por, alegadamente, ter mantido contacto com um grupo de oposição banido. Porém, ela não foi julgada por essa acusação. A sua advogada afirmou que não tinham o direito de recorrer da sentença de morte.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos durante a prisão preventiva continuaram a ser práticas comuns e cometidas com impunidade. Os detidos foram espancados nas solas dos

pés e noutras partes do corpo, por vezes enquanto mantidos suspensos de cabeça para baixo; queimados com cigarros e metais aquecidos; submetidos a simulações de execução; violados, inclusive por outros presos, e ameaçados de violação; confinados em espaços apertados; e privados de iluminação, de alimentos, de água e de tratamento médico adequado. Pelo menos 12 pessoas morreram sob custódia em circunstâncias suspeitas, incluindo por privação ou atraso de tratamento médico. As suas mortes não foram investigadas de modo independente. Em março, pelo menos outras 10 pessoas morreram durante um tumulto na prisão de Ghezel Hesar, na cidade de Karaj, próximo de Teerão. Não se tem conhecimento de que as autoridades tenham investigado quaisquer denúncias de torturas ou maus-tratos. As pessoas que se queixavam de tortura sofreram represálias. As condições prisionais severas foram exacerbadas devido à extrema sobrelotação.

■ Pelo menos quatro árabes ahwazis – Reza Maghamesi, Abdol Karim Fahd Abiat, Ahmad Riassan Salami e Ejbareh Tamimi – terão morrido enquanto se encontravam sob custódia na província do Khuzistão, entre os meses de março e maio, possivelmente em consequência de tortura.

■ A jornalista Issa Saharkhiz, a advogada dos direitos da minoria azeri, Said Metinpour, o clérigo dissidente, Hossein Kazemeyni Boroujerdi e Zahra Jabbari eram alguns dos muitos presos políticos, incluindo prisioneiros de consciência, que apresentavam sérios problemas de saúde e que foram privados de tratamento médico adequado. Em junho, o ativista político Hoda Saber morreu na prisão após ter entrado em greve de fome como protesto pela morte de Haleh Sahabi. Outros presos afirmaram que os guardas prisionais o espancaram e privaram de cuidados médicos.

Punições cruéis, desumanas ou degradantes

Sentenças de flagelação e amputações continuaram a ser impostas e executadas. Também foram impostas sentenças de cegamento.

■ Somayeh Tohidlou, uma ativista política, e Peyman Aref, um ativista estudantil, foram flagelados 50 e 74 vezes, respetivamente, no mês de setembro, depois de terem recebido condenações distintas por "insultar" o Presidente Ahmadinejad.

■ A 8 de outubro, segundo relatos, a quatro homens condenados por roubo foram-lhes amputados quatro dedos da mão direita.

■ Majid Movahedi cegou Ameneh Bahrami num ataque com ácido em 2004, tendo ele próprio sido condenado a ser cegado. Porém, pouco antes da pena ser cumprida num hospital, no dia 31 de julho, a execução foi suspensa porque a vítima concordou em receber uma indenização compensatória.

Discriminação contra as mulheres

As mulheres foram discriminadas na lei e na prática, incluindo devido a códigos de vestuário obrigatórios. Ativistas pelos direitos das mulheres, como as que participaram da campanha *Um Milhão de Assinaturas* a fim de exigir a igualdade das mulheres perante a lei, foram perseguidas e hostilizadas. Um projeto de lei de Proteção da Família, que aumentaria as leis discriminatórias contra as mulheres, ainda aguardava a aprovação final do parlamento. Algumas universidades começaram a segregar os estudantes com base no género.

■ Fatemeh Masjedi e Maryam Bidgoli, ativistas da campanha *Um Milhão de Assinaturas*, cumpriram, cada uma, uma pena de seis meses de prisão. Foram as primeiras ativas da campanha a serem presas por recolherem assinaturas.

Direitos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgênero (LGBT)

Pessoas acusadas de práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo continuaram a enfrentar hostilidades e perseguição, além de punições judiciais, como flagelação e pena de morte.

■ No dia 4 de setembro, três homens identificados apenas pelas suas iniciais, teriam sido executados na Prisão de Karoun, em Ahvaz, província do Khuzistão, depois de condenados por "sodomia".

■ Siyamak Ghaderi, ex-jornalista da agência estatal de notícias iraniana, detido desde agosto de 2010, foi condenado, em janeiro, a quatro anos de prisão, a flagelação e ao pagamento de uma multa, após ter sido condenado por "publicar mentiras", cometer "atos religiosamente ilegais" e outras acusações, devido, entre outras coisas, a ter postado no seu blogue entrevistas com pessoas LGBT.

Discriminação – minorias étnicas

As minorias étnicas do Irão, tais como árabes ahwazis, azeris, baluches, curdos e turquemenos, sofreram discriminações constantes na lei e na prática. Continuou a ser proibido o uso de línguas minoritárias em órgãos governamentais e no ensino escolar. Os ativistas que defenderam os direitos das minorias enfrentaram ameaças, prisões e detenções.

O prisioneiro de consciência Mohammad Sadiq Kabudvand continuou a cumprir uma pena de 10 anos e meio de prisão por ter participado na fundação da Organização de Direitos Humanos do Curdistão, tendo sido privado de tratamento médico adequado.

■ Mohammad Saber Malek Raisi, um jovem baluche de 16 anos, de Sarbaz, detido desde setembro de 2009, possivelmente para forçar o seu irmão mais velho a entregar-se às autoridades, foi condenado a cinco anos de prisão no exílio – o que significa que terá de cumprir a pena numa prisão longe de casa.

Liberdade de religião ou de crença

Membros de minorias religiosas, incluindo cristãos convertidos, bahá'ís, clérigos xiitas dissidentes e membros das comunidades dervixe e ahl-e haq, enfrentaram constantes perseguições depois do Líder Supremo e outras autoridades terem apelado insistentemente para que as "falsas crenças" fossem combatidas – aparentemente, referindo-se às fés cristã evangélica, bahá'í e sufi. Os muçulmanos sunitas continuaram a ter restrições para exercer os cultos comunitários em algumas cidades. Houve prisões de clérigos sunitas.

■ Pelo menos sete bahá'ís foram presos, condenados a penas entre quatro e cinco anos, depois deles, e de outras 30 pessoas, terem sido capturados durante raides policiais que tiveram como alvo o Instituto Bahá'í de Educação Superior. O Instituto oferece cursos superiores à distância, através da internet, para estudantes bahá'ís, que não têm autorização para frequentar as universidades. Os sete faziam parte de um grupo de mais de 100 bahá'ís detidos devido às suas crenças; entre estes, encontravam-se sete dirigentes que, no mês de março, tiveram as suas penas de 20 anos de prisão confirmadas, revertendo a decisão num recurso julgado em 2010.

■ Quase 100 dervixes gonabadis (uma ordem religiosa sufi), três dos quais advogados, bem como 12 jornalistas do site de notícias dervixe gonabadi *Majzooban-e Noor* foram presos em Kavar e Teerão nos meses de setembro e outubro. Pelo menos 11 permaneciam detidos no final de 2011, a maioria sem acesso a familiares ou advogados.

■ Teve início, em setembro, o novo julgamento de Yousef Nadarkhani, um pastor cristão acusado de "apostasia". Nascido de pais muçulmanos, foi preso em outubro de 2009. Em 2010, foi condenado à morte por se recusar a renunciar ao cristianismo, religião a que se tinha convertido. Porém, em junho, a sentença foi revogada pelo Supremo Tribunal.

■ Sayed Mohammad Movahed Fazeli, o líder de orações sunita da cidade de Taybad, ficou detido entre janeiro e agosto, na sequência dos protestos ocorridos na cidade depois de ter sido forçado a renunciar a líder de orações.

Pena de morte

Centenas de pessoas foram condenados à morte. Pelo menos 360 execuções foram noticiadas por fontes oficiais, embora outras informações fidedignas sugiram que tenham ocorrido mais 274 execuções, porque muitos presos são executados secretamente. Quase 80 por cento das execuções foram motivadas por supostos delitos ligados a drogas e foram impostas a pessoas que vivem nas comunidades pobres e marginalizadas, principalmente cidadãos afegãos. Uma legislação anti narcóticos revista entrou em vigor em janeiro. Aparentemente, pessoas condenadas à morte com base nessa lei não têm direito a recorrer da sentença.

O número de execuções públicas quadruplicou; pelo menos 50 foram informadas oficialmente e outras seis registadas por fontes não oficiais. Pelo menos três delinquentes juvenis – pessoas condenadas por delitos cometidos quando tinham menos de 18 anos de idade – foram executados. Fontes confiáveis relataram outros quatro casos. Não houve qualquer registo de execuções por apedrejamento; porém, 15 pessoas sentenciadas a morrer por esse método permanecem no corredor da morte, entre elas, Sakineh Mohammadi Ashtiani. Milhares de presos permanecem encarcerados enquanto aguardam a execução.

■ Jafar Kazemi e Mohammad Ali Haj Aghaei foram enforcados no dia 24 de janeiro. Foram condenados por *moharebeh* devido aos contatos que mantiveram com a Organização dos Mujahedin do Povo Iraniano, um grupo de oposição banido, e por fazerem "propaganda contra o sistema" no contexto dos distúrbios de 2009.

■ No dia 21 de setembro, Alireza Molla-Soltani, de 17 anos, condenado pelo homicídio de um conhecido atleta, foi enforcado em público na cidade de Karaj, onde, em julho, o crime foi cometido. Afirmou ter esfaqueado Ruhollah Dadashi em legítima defesa depois do atleta o ter atacado no escuro.

■ Em dezembro, a presa política curda Zeynab Jalalian foi informada que sua sentença de morte tinha sido comutada.

Visitas/relatórios da AI

✉ Embora a Amnistia Internacional tenha discutido com as autoridades diplomáticas iranianas sobre a proibição de acesso ao país, a proibição manteve-se. Raramente as autoridades responderam às comunicações da Amnistia Internacional.

📄 Determined to live in dignity – Iranian trade unionists' struggle for rights (MDE 13/024/2011)

📄 Iran: Submission to the Human Rights Committee (MDE 13/081/2011)

📄 Addicted to death: Executions for drugs offences in Iran (MDE 13/090/2011)